



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Os impactos dos grandes projetos sobre as comunidades atingidas: o caso do Norte Fluminense

The impacts of large projects on affected communities: the case of the Northern Region of the Rio de Janeiro State

William Souza Passos¹, Secretaria Municipal de Educação de Quissamã (SEMED-Quissamã/RJ), geograwilliam@gmail.com

Érica Terezinha Vieira de Almeida², Universidade Federal Fluminense (UFF), ericalmeida@uol.com.br

José Luis Vianna da Cruz³, Universidade Candido Mendes (Ucam-Campos), joseluisvianna@uol.com.br

1 Mestre em Políticas Sociais, pela UENF, e professor da rede municipal de ensino de Quissamã/RJ.

2 Doutora em Serviço Social, pela UFRJ, e professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da UFF-Campos/RJ.

3 Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR). Professor permanente e Coordenador de Pesquisa do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes/Campos dos Goytacazes.

RESUMO

A partir de meados do século XX, em resposta ao caráter polarizado da ocupação territorial e da distribuição das atividades econômicas, disseminou-se pelo território brasileiro um modelo baseado na implantação de grandes projetos de investimentos. Tais projetos produzem significativos impactos, promovendo a desestruturação do modo de vida original das comunidades mais diretamente afetadas. Neste contexto, o artigo analisa os impactos do Complexo Industrial do Porto do Açu (CIPA) sobre quatro comunidades atingidas no Norte Fluminense: as centenas de famílias de pequenos produtores rurais, expulsas das próprias propriedades, no distrito rural onde o empreendimento se estabeleceu, em São João da Barra; os pescadores dependentes da pesca artesanal de subsistência, desorganizada a partir do início das atividades do CIPA; os catadores que sobrevivem da cata de materiais recicláveis no lixão de Campos dos Goytacazes, fechado após ser considerado um perigo ao tráfego aéreo do aeroporto local, agora em expansão; e os moradores da favela Margem da Linha, removidos pelo fato da favela situar-se numa área de expansão urbana e valorização crescente. Tomando como base o acompanhamento permanente dos principais periódicos em circulação no Norte Fluminense e os resultados apresentados por quatro projetos e um programa de extensão, o trabalho sintetiza a situação, até o momento, das quatro comunidades selecionadas. Ao longo da pesquisa, constatou-se que as decisões ligadas à instalação do CIPA não se estabeleceram de forma democrática e transparente, gerando grandes dificuldades em obter informações precisas, além de falsas expectativas, violação de direitos e insegurança psicológica nos moradores dessas comunidades.

Palavras Chave: grandes projetos; impactos; comunidades atingidas; Norte Fluminense.

ABSTRACT

From the middle of the 20th century, in response to the polarized character of territorial occupation and the distribution of economic activities, spread through the Brazilian territory a model based on the implementation of large investment projects. These projects produce significant impacts, promoting the destructuring of the original way of life of the communities most directly affected. In this context, the article examines the impacts of the Industrial Complex of the Port of Açu (CIPA) on four communities affected in the North of Rio de Janeiro: hundreds of families of small farmers, driven from own properties, in the rural district where the enterprise settled in São João da Barra; the fishermen dependent on artisanal fishing livelihoods, disorganized from the start of the activities of CIPA; the scavengers who survive the removal of recyclable materials in the landfill of Campos dos Goytacazes, closed after being considered a danger to the local airport air traffic, now in expansion; and residents of the slum named Margem da Linha, removed by the fact the slums is located in an area of urban expansion and increased appreciation. Based on the ongoing monitoring of the leading periodicals in circulation in the North of Rio de Janeiro and the results presented for four projects and a program to extend the work sums up the situation, so far, of the four selected communities. Throughout the research, it was noted that decisions linked to the installation of CIPA do not settled democratically and transparently, creating great difficulties in obtaining accurate information, in addition to false expectations, violation of rights and psychological insecurity in the residents of these communities.

Keywords: Large projects; impacts; affected communities; North of Rio de Janeiro.

OS IMPACTOS DO COMPLEXO INDUSTRIAL DO PORTO DO AÇU SOBRE QUATRO COMUNIDADES ATINGIDAS NO NORTE FLUMINENSE

A partir de meados do século XX, em resposta ao caráter polarizado da ocupação territorial e da distribuição das atividades econômicas, particularmente a industrialização, concentradas, sobretudo, no Sudeste, ocorreu a disseminação pelo território brasileiro de um modelo baseado na implantação de grandes intervenções, grandes investimentos (GIs) ou grandes projetos de investimentos (GPIs). Em alguns casos, a adoção desse modelo integrou uma política direcionada ao desenvolvimento de regiões específicas, como parte da estratégia de redução das desigualdades regionais. Como um dos marcos fundamentais desse processo, apesar do caráter limitado e incompleto, costuma ser evocada a experiência da SUDENE, que representa a introdução da intervenção “planejada” do Estado brasileiro.

Criada, originalmente, pela Lei 3.692/59, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) tinha como objetivo a promoção da modernização da infraestrutura e a dinamização da economia nordestina a partir da adoção de ações grande impacto. Inicialmente voltada para a realização de intervenções pontuais, como a dinamização da agricultura – a partir do estímulo à produção de alimentos na zona úmida nordestina, o desenvolvimento da irrigação na bacia do rio São Francisco e o fortalecimento de uma produção agrícola resistente aos efeitos da seca na mancha semiárida – e a colonização do Maranhão, com o tempo a SUDENE voltou-se para a concessão de benefícios fiscais e econômicos para a implantação de GPIs.

O modelo de intervenção macrorregional organizado a partir da criação das superintendências de desenvolvimento consistiu numa resposta do governo federal aos efeitos polarizadores da industrialização brasileira, em termos econômicos, demográficos e urbanos, dentro de um contexto de difusão progressiva da percepção de que a via da substituição de importações, ao contrário do que se esperava, em vez de reduzir, havia promovido o aprofundamento das disparidades entre o Centro-Sul e o restante do território. Ganhava força, com isso, a noção da necessidade de intervenção direta, assumida pelo Estado brasileiro, para a correção dos desequilíbrios espaciais produzidos pela industrialização. Dessa forma, o planejamento passava a ser compreendido como o único caminho para o desenvolvimento.

Apesar do balanço negativo da experiência da SUDENE, na medida em que, ao final, o número de empregos gerados foi insuficiente, os altos padrões de pobreza, miséria e concentração de renda persistiram e não houve reversão do intenso fluxo demográfico do Nordeste em direção a outras macrorregiões, além da captura e instrumentalização da Superintendência por políticos e grandes latifundiários vinculados à “indústria da seca”, o modelo de Superintendências de Desenvolvimento foi generalizado para o restante do território brasileiro na década de 1960, quando foram criadas a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), a SUDESUL (Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul) e a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Nesse contexto, destaca-se ainda a criação da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e da SUVALE (Superintendência do Vale do São Francisco), transformada, na década de 1970, na CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba).

Embora tenha conduzido a um espraiamento da distribuição dos investimentos e das atividades produtivas, inclusive industriais, pelo conjunto do território do país, o modelo de intervenção ou planejamento macrorregional tutelado pelo Estado aprofundou, ao produzir novas polarizações, o padrão de fragmentação territorial, social e urbana promovido pela industrialização brasileira. Tal

padrão foi reforçado pela disseminação da implantação de GIs ou GPIs como estratégia de promoção do desenvolvimento regional de frações particulares do território nacional.

Nesse sentido, ao contrário dos benefícios prometidos, destacadamente a geração de emprego e renda e a dinamização e modernização da economia, há um consenso na literatura acerca da sobreposição dos passivos regionais gerados pelos grandes projetos, particularmente os de ordem urbana, demográfica e ambiental. Vainer e Araújo (1992), por exemplo, ressaltam a desestruturação das atividades econômicas, o crescimento populacional desordenado, o aumento do desemprego e da marginalização social e a degradação ambiental.

Ocorre que, apesar do forte potencial de impactos territoriais, econômicos e sociais e da elevada capacidade de mobilização de recursos e de articulação de escalas territoriais de poder, como apontam Vainer (2007) e Piquet (2010), os GIs ou GPIs carregam elevado potencial de “enclave”, polarizando, fragmentando e restringindo espacial, econômica e socialmente os seus efeitos. Além disso, produzem significativos impactos nas regiões onde são instalados e sobre as comunidades mais diretamente atingidas, que se ressentem da desestruturação do seu modo de vida original e da falta de inserção nas novas atividades surgidas.

Diante desta questão, defende-se aqui a necessidade de aprofundamento da investigação e da discussão acerca dos impactos dos grandes projetos, entendidos a partir do conceito de GIs ou GPIs, sobre as comunidades atingidas. Dados os limites desse trabalho, concentrar-se-á na apresentação de quatro comunidades atingidas pelo Complexo Industrial do Porto do Açú – CIPA –, localizado na divisa entre São João da Barra e Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, porém predominantemente instalado no primeiro município.

Inicialmente administrado pela LLX Logística S.A., do grupo EBX do empresário Eike Batista, atualmente é controlado pela Prumo Logística Global. Na contramão dos portos mais modernos do mundo, em que os contêineres tem papel primordial na entrada e saída de mercadorias, o “Superporto” do Açú, como é chamado, foi projetado para a exportação de matérias-primas de baixo valor agregado, como granéis, carvão, minério de ferro, produtos siderúrgicos, granito, entre outros, sendo um exemplo típico de GI ou GPI inserido no contexto, apontado por alguns autores (Brandão, 2010; Vainer, 2007; Gonçalves, 2002; Araújo, 2000; Pacheco, 1998), de integração internacional da economia brasileira dentro de um padrão periférico.

Mesmo não operando ainda com plena capacidade, possui, no momento, 17 km de cais e até 23m de profundidade, com capacidade para receber até 47 embarcações simultaneamente, incluindo navios de grande porte, que transportam até 320 mil toneladas de carga, segundo o site oficial da controladora do porto (PRUMO, 27 nov. 2016). Há, ainda, o projeto de construção de um distrito industrial e de uma retroárea anexa para armazenamento e movimentação de carga, que, em conjunto com o porto, deverão formar o Complexo Industrial do Porto do Açú. A expectativa, também de acordo com a página oficial da PRUMO na internet, é a de que sejam instaladas, entre outros, indústrias dos segmentos offshore e metalmeccânico, um pátio logístico, termelétricas, estaleiros, um terminal de reparo naval e bases de estocagem para granéis líquidos e para tratamento de petróleo.

Dentro do universo das comunidades atingidas pelo CIPA, destacam-se, particularmente, as centenas de famílias de pequenos produtores rurais, expulsas das próprias propriedades, no distrito rural onde o empreendimento se estabeleceu, em São João da Barra; os pescadores dependentes da pesca artesanal de subsistência, desorganizada a partir do início das atividades do porto, no mesmo município; os catadores que sobrevivem da cata de materiais recicláveis no lixão

de Campos dos Goytacazes, que também atende a municípios vizinhos, fechado após ser considerado um perigo ao tráfego aéreo do aeroporto local, agora em expansão em virtude da implantação do GI; e os moradores da favela Margem da Linha, removidos pelo fato da favela situar-se numa área de expansão e valorização crescente do espaço urbano campista, que inclui a localização do trecho da BR-101, chamada de Rodovia do Contorno, que corta o perímetro urbano do município e integra o projeto de criação de um corredor logístico rodoviário regional conectado ao CIPA.

Tomando como base o acompanhamento permanente dos principais periódicos em circulação no Norte Fluminense, com destaque para o jornal Folha da Manhã, de Campos dos Goytacazes, e os resultados apresentados por quatro projetos e um programa de extensão, será feita, a seguir, uma síntese da situação, até o momento, das quatro comunidades atingidas pelo CIPA selecionadas.

O primeiro projeto, intitulado “De Catadores de lixo a Catadores de material reciclável – o que muda com a Política de Resíduos Sólidos? – um diagnóstico da trajetória de trabalho dos catadores de material reciclável e do seu protagonismo a partir do fechamento do lixão da CODIN em Campos dos Goytacazes-RJ”, contou com o apoio do Edital PRIORIDADE RIO e foi implementado nos anos de 2013 e 2014. Por sua vez, o projeto de extensão “Apoio à Organização dos Catadores de Material Reciclável de Campos dos Goytacazes-RJ”, realizado nos anos de 2013 e 2014, contou com o apoio do MEC/PROEXT. Mais recentemente, um terceiro projeto de pesquisa e extensão denominado “Virando o Jogo – protagonismo político e inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes-RJ, em vigência desde 2015, conta com o financiamento da FAPERJ. Os três projetos foram desenvolvidos em parceria com o Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes-RJ, e beneficiaram-se ainda de bolsas de iniciação científica do PIBIC e de desenvolvimento acadêmico da própria universidade. O último projeto também está vinculado ao Programa de Pós-Graduação, em nível de mestrado, em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da mesma instituição.

O quarto projeto, sob a coordenação do professor Pós-Dr. José Luis Vianna da Cruz, teve início em setembro de 2014 e foi contemplado pelo edital nº 20/2014 da FAPERJ. Intitulado “O Norte, o Noroeste Fluminense, as Baixadas Litorâneas e o Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás: dinâmica socioeconômica, mercado de trabalho, desenvolvimento regional e gestão territorial”, é composto por pesquisadores da UFF, do Instituto Federal Fluminense (IFF) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes (PPGPRGC/UCAM-Campos/RJ), as três instituições localizadas em Campos dos Goytacazes-RJ.

Ao conjunto dos projetos, soma-se ainda os resultados apresentados pelo programa em andamento “Plataformas de Cidadania”, vinculado ao Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos da Petrobras, elaborado em parceria com o Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). O Plataformas de Cidadania é composto pelos projetos “PESCARTE” e “Territórios do Petróleo: *royalties* e vigília cidadã na Bacia de Campos”.

RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS

No caso do Norte Fluminense, o Porto do Açúcar encarna a representação de oportunidade econômica e possibilidade única de geração de milhares de empregos para uma região atrasada e decadente.

Por isso, obstruiu qualquer possibilidade de um debate público sério acerca dos impactos socioambientais do empreendimento, de modo a possibilitar alguma negociação entre os atores coletivos envolvidos.

O que se quer destacar, porém, é que, de maneira distinta e com resultados diversos, os grupos atingidos aqui destacados – catadores de recicláveis do lixão e moradores de áreas de remoção, em Campos dos Goytacazes; pescadores e pequenos agricultores de São João da Barra - tiveram um protagonismo que contaminou o ambiente político local, construindo algumas alianças locais, regionais, nacionais e até internacionais, que não apenas deu visibilidade aos conflitos envolvendo a implantação do porto e do complexo industrial e seus impactos no campo e na cidade, como também alterou a correlação de forças no cenário local fazendo com que algumas negociações se tornassem possíveis.

CATADORES DE LIXO

Mesmo distantes do Porto do Açú, os catadores de materiais recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes, localizado no bairro da Codim, também foram afetados com a sua implantação, assim como os pescadores e os pequenos agricultores. A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, depois de 19 anos de tramitação no congresso, colocou na agenda pública o desafio de não apenas fechar os lixões⁴ e aterros controlados, mas, sobretudo, de criar alternativas de inclusão produtiva para os milhares de catadores que sobrevivem da cata de recicláveis nos lixões e aterros⁵. Em Campos dos Goytacazes, o aterro controlado foi fechado em junho de 2012, dois anos antes do prazo previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, implementada pela Lei 12.305/2010, e teve como principais motivações o processo de concessão do aeroporto local e da gestão do novo aterro sanitário que atende ao município de Campos e aos municípios vizinhos.

Localizado a 10 km de distância do referido aeroporto, o lixão foi acusado, depois de quase 30 anos de existência e nenhum acidente, de ser um perigo ao tráfego aéreo, agora em expansão em virtude da implantação do porto do Açú. Além do tráfego aéreo, o aterro sanitário que substituiu o lixão e que atualmente é administrado pela Empresa Concessionária⁶ já estava pronto desde 2011, aguardando o fechamento do referido aterro e a negociação com os catadores que se recusaram a aceitar a proposta do governo municipal de incluir, como assalariados, em uma Usina de Triagem, apenas 90 catadores⁷. Além de pressionarem o Executivo municipal, os catadores também

⁴ Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), apenas 58% dos resíduos domésticos tem destinação adequada, ou seja, 2.500.000 t/dia ainda seguem para lixões e aterros controlados (ABRELPE, 27 nov. 2016).

⁵ Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), há cerca de 1 milhão de catadores de materiais recicláveis no Brasil, nas ruas e nos lixões. Eles são responsáveis por nada menos que 90% dos recicláveis que chegam às indústrias recicladoras brasileiras, todavia, ainda constituem a parcela vulnerável, desprotegida e não-paga da rica cadeia de reciclagem (MNCR, 27 nov. 2016). Estima-se que, no ano de 2012, a coleta, triagem e o processamento de materiais em indústrias recicladoras geraram um faturamento de R\$ 10 bilhões no Brasil e que esse montante tende a crescer (TIPA JÚNIOR, 25 ago. 2014).

⁶ Desde o início dos anos 1990, o município de Campos dos Goytacazes privatizou os serviços de limpeza pública, contratando os serviços de uma concessionária, neste caso, a Empresa Vital Engenharia Ambiental, do grupo Queiróz Galvão, um dos cinco maiores grupos nacionais nos ramos da limpeza pública, do petróleo e da construção civil.

⁷ Os resultados dos três primeiros projetos de pesquisa apresentados nesse artigo apontam que, no momento do fechamento do lixão, havia mais de 400 catadores de recicláveis que vendiam a sua mercadoria para as dezenas de pequenos compradores que comercializavam diretamente com eles no lixão. O fechamento penalizou não apenas aqueles que faziam a cata no lixão, mas também aqueles que trabalhavam na triagem para os pequenos sucateiros. Embora as

acionaram o Ministério Público e a Defensoria Pública exigindo o cumprimento da nova PNRS com a inclusão de todos os catadores no Programa de Coleta Seletiva. Esta denúncia se transformou em uma ACP (Ação Civil Pública) e teve seu desfecho favorável aos catadores no início do ano de 2015.

O curioso no caso de Campos é que, embora a nova legislação sobre resíduos determinasse o fechamento dos lixões em agosto de 2014⁸, como já salientado, o governo local se antecipou em quase três anos, sem, no entanto, oferecer nenhuma contrapartida aos catadores de recicláveis, do ponto de vista da sua inclusão socioeconômica, como determina a própria PNRS, a não ser a inclusão em programas de transferência de renda, locais e nacional, de assistência social, de natureza residual e temporária, e de capacitação profissional, amplamente recusados pelos representantes dos catadores.

Aliás, cabe ressaltar que a inclusão em programas de assistência social, sejam eles de transferência de renda ou de capacitação profissional, tem se constituído na principal resposta do Estado brasileiro, em suas diferentes instâncias, aos conflitos gerados pelos GIs que tem acarretado perda do trabalho e das fontes de rendimentos, como é o caso dos catadores de Campos e dos agricultores do Açú, em São João da Barra. Segundo Mota (2008), esse padrão de resposta por parte dos Estados liberais-periféricos expressa o abandono do trabalho protegido socialmente como estratégia de integração social na periferia do capitalismo.

Considerado um oligopsônio, ou seja, um mercado concentrado em pouquíssimas empresas recicladoras, a cadeia da reciclagem no Brasil, assim como em outros países periféricos, apresenta, em sua base, um imenso exército de trabalhadores precarizados e empobrecidos, que comercializam com pequenos e médios sucateiros submetidos a grandes compradores, que negociam diretamente com as recicladoras, em sua maioria, no estado de São Paulo.

A intenção de problematizar o fechamento dos lixões no país não significa ir contra a PNRS, mas implica em chamar a atenção para as experiências que substituirão os mesmos, considerando o acúmulo de críticas às formas subalternas de participação dos catadores na cadeia da reciclagem e os desafios já anunciados à sua implementação, em especial, no que se refere à inclusão socioeconômica dos catadores, timidamente colocadas em prática até o momento⁹. Implica, ainda, em dar visibilidade às propostas apresentadas pelo MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis), em defesa dos direitos dos catadores nesta nova etapa da reciclagem no Brasil. A PNRS e a pressão do MNCR tem estimulado alguns municípios brasileiros a colocarem em prática políticas públicas de inclusão socioeconômica dos catadores. Como exemplos, há experiências de prestação de serviços urbanos ambientais pelas cooperativas e/ou associações de

jornadas de trabalho variassem, 80% trabalhavam mais de cinco dias na semana, o que lhes dava, à época, uma média de R\$ 800,00, acima do salário mínimo nacional em 2013, que era de R\$678,00.

⁸ Aprovada em setembro de 2010, a PNRS prevê não só o fechamento de todos os lixões e aterros controlados em todo o território nacional e sua substituição por aterros sanitários, mas também um conjunto de medidas que devem acompanhar os aterros, dentre elas, a redução do consumo, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos e, ainda, a implementação de uma agressiva política de coleta seletiva com a participação dos catadores organizados em associações e cooperativas, em substituição aos monopólios existentes nos serviços de limpeza pública. Embora o prazo de fechamento dos lixões tenha sido prorrogado, a nova legislação tem sido um importante instrumento na luta do MNCR pela inclusão dos catadores na coleta seletiva.

⁹ Dados de 2014 do IBGE afirmam que 17% dos municípios brasileiros realizam coleta seletiva, atingindo uma taxa de apenas 13% da população. Concentrada nas regiões Sul e Sudeste, a coleta seletiva ainda é um desafio para a agenda pública.

catadores¹⁰, considerando a primazia destes na prestação de serviços da coleta seletiva nos municípios¹¹. Essa experiência pode significar uma forma intermediária entre o trabalho precarizado e inseguro dos catadores dos lixões e aquela encaminhada pelo MNCR e nomeada de “reciclagem popular”, cujo principal objetivo é combater a desigualdade nesta cadeia, fazendo com que as organizações autogestionárias (de catadores) ocupem todos os elos do ciclo produtivo, desde a coleta até a industrialização do material reciclável, garantindo a gestão integrada dos resíduos (MNCR, 27 nov. 2016).

A luta dos catadores para assumir a coleta seletiva e sua comercialização, em Campos, conquistou a criação de três cooperativas de catadores, financiada com recursos de um programa federal, de um projeto de extensão da unidade de Campos da UFF e da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Esse processo foi conduzido pela associação dos catadores e pela professora coordenadora do projeto de extensão, junto a seus alunos, com o apoio, entre outros, do MNCR e de organizações e movimentos locais, estaduais e nacionais, além do Ministério Público, através da Defensoria Pública, que contribuiu para a produção de sentenças e liminares que obrigaram o poder público municipal a atender diversas reivindicações dos catadores (Almeida, 2016). Estes últimos utilizaram como instrumentos de resistência e luta, principalmente, manifestações de rua, audiências públicas, ocupação de espaços na mídia tradicional – rádio, televisão e jornais – e encontros e seminários em instituições de ensino superior. Apesar das três cooperativas, as negociações com a Prefeitura local ainda não atenderam às demandas do movimento, que inclui contrato para a realização da coleta seletiva. Atualmente (novembro de 2016), a coleta continua sendo feita pela mesma grande empresa, que a repassa às cooperativas, que, por sua vez, a comercializam. No entanto, estas já conseguiram contratos com grandes compradoras e estão recebendo equipamentos de transporte que possibilitarão a realização da coleta.

MORADORES DE FAVELA

A favela Margem da Linha possuía, segundo o Censo Demográfico de 2010, 571 moradias e 2.196 habitantes. Em 2012, a Prefeitura de Campos identificou 782 residências. É uma favela linear, tendo, de um lado, uma rodovia nacional, a BR-101, e, de outro, após a linha férrea, terras de uma antiga usina de açúcar. É a maior e mais antiga favela de Campos dos Goytacazes, surgida no início da década de 60, a partir da ocupação de trabalhadores da Usina do Queimado, situada na principal entrada da cidade, próxima à área mais urbanizada. Com a falência da usina, no início da década de 1980, suas terras, que sempre se localizaram próximas da área urbana, passaram, com o Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos (PDUC) de 1979, a integrar, definitivamente, o plano de expansão urbana da cidade (Gonçalves, 2014).

Com isso, surgem nessa área os primeiros condomínios residenciais privados, fechados, de classe média e média alta. Nela a prefeitura também constrói, na década de 1990, a nova estação rodoviária interestadual, configurando, como previa o plano, um importante espaço de expansão da cidade. No final da mesma década, a área recebe, na chamada Rodovia do Contorno – trecho da rodovia nacional BR-101 que corta a área urbana de Campos – o primeiro hipermercado da

¹⁰ Sobre a discussão acerca do Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU), prestados pelas cooperativas e associações de catadores, ver: IPEA. Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Relatório de Pesquisa. DIRUR/IPEA. Brasília, 2010.

¹¹ Ver: Folha de São Paulo. Catadores assumem coleta de lixo reciclável em 50 cidades no país. Caderno Cotidiano, 23/06/2014.

cidade, que, anos mais tarde, já nos anos 2000, serviria de base para a construção do maior shopping da cidade, o Boulevard, do Grupo Iguatemi, o maior do Brasil no ramo. Logo surgiram novos condomínios fechados e um hotel de bandeira internacional. A existência da favela comprometia os planos de intensificação da valorização do espaço onde ela estava localizada. Com a sua remoção, novos condomínios fechados de classe alta estão sendo projetados, bem como novos equipamentos de consumo e serviço às atividades voltadas para os GIs em operação – além do Porto do Açú, há o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado, na divisa entre Campos dos Goytacazes e Quissamã.

Os boatos sobre a remoção datam de 2011. Então, um grupo de articuladores sociais do Centro Juvenil São Pedro, entidade de assistência social da Rede Salesiana, que trabalha com crianças e adolescentes da referida comunidade, iniciou um projeto de mobilização e assessoria que tinha como finalidade buscar defender os interesses dos moradores e a preservação dos vínculos familiares e comunitários, tendo para isso que buscar esclarecer este chamado “boato”. Ante a resistência dos moradores, a Prefeitura classificou a área da favela como “área de risco”, para justificar a remoção dos mesmos, no âmbito do Programa Municipal de Habitação Popular, denominado “Morar Feliz”. Em 2013, a Prefeitura anunciou as obras do novo conjunto habitacional.

Após três anos de luta, utilizando manifestações de rua, fechamento da BR-101, audiências públicas, matérias em jornais, rádio e televisões locais, com apoio de pesquisadores docentes e discentes de universidades locais, como UFF, UENF e IFF, dos movimentos de estudantes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro NF), além do Conselho Municipal de Assistência Social, os moradores resistiram, até que, em 2015, a prefeitura terminou a obra do conjunto habitacional a eles destinados. A Margem da Linha sofreu um processo agressivo de remoção para uma área situada a 7 km, ainda à margem da rodovia, porém mais afastada da área central do município, sob condições de infraestrutura de mobilidade, segurança, saúde e educação bem piores que as da sua antiga localização. A quase totalidade dos moradores foi removida para a nova residência. O seu antigo local se consolida como área valorizada para empreendimentos direcionados para o público atraído pelos novos investimentos de grande porte na região.

PESCADORES

O terceiro exemplo é o dos pescadores prejudicados pelas atividades do Porto do Açú. Eles já vinham sendo prejudicados pelas atividades de extração petrolífera da Bacia de Campos. Como já foi antecipado, o empreendimento agrava as dificuldades da pesca artesanal, já ameaçada pelos grandes navios que varrem o fundo do mar e pela poluição. No entanto, sem dúvida, a implantação de um grande projeto, em área próxima, guardando imensos perímetros de proibição da atividade pesqueira, bem como implantando redes de tubulações que podem causar acidentes, terminou por ameaçar a própria sobrevivência da atividade e a reprodução social dos trabalhadores da pesca.

A areia retirada do fundo do mar para a construção do canal de navegação do porto foi alocada de forma inapropriada em terra firme, provocando a contaminação do lençol freático, salinizando grande parte do solo rural, inviabilizando, inclusive, a agropecuária local. A delimitação do perímetro do porto, no mar, afastou os pescadores dos pesqueiros tradicionais, causando danos irreparáveis às atividades da pesca artesanal do maior porto pesqueiro da região.

O processo de licenciamento ambiental reconheceu os danos inevitáveis e prevê diversas medidas compensatórias e mitigadoras dos impactos negativos. No entanto, nas audiências públicas, com a presença da empresa controladora do porto, da Petrobras e dos órgãos ambientais estaduais e federais, bem como do executivo dos municípios envolvidos e do Ministério Público, os pescadores vêm reiterando suas insatisfações com essas medidas e deixando claro que a atividade está ameaçada e deve se tornar inviável, pelos danos irreversíveis causados pelas atividades portuária e extrativa petrolífera, na região.

Atendendo parte das exigências do licenciamento ambiental, conduzido pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente –, a Petrobras financia projetos de mitigação dos impactos e gestão dos conflitos com os pescadores. Assim surgiu o Programa Plataformas de Cidadania, elaborado em conjunto com o Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF –, localizada em Campos dos Goytacazes.

O Programa é composto por dois projetos: o “PESCARTE” e o “Territórios do Petróleo: *royalties* e vigília cidadã na Bacia de Campos”, ambos construídos a partir da análise dos resultados do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, desenvolvido em 2012. O Plano de Ação do Pescarte tem por objetivo o fortalecimento da organização de comunidades de pescadores artesanais para ações de geração de trabalho e renda. O Diagnóstico Participativo identificou 5 macroimpactos socioeconômicos decorrentes das atividades petrolíferas na região da Bacia de Campos: a) ocupação do espaço marinho; b) dinâmica demográfica; c) ocupação e uso do solo; d) pressão sobre a infraestrutura urbana; e) *royalties*. Os projetos propostos foram originados dessas percepções e demandas dos grupos sociais da região.

A proposta do Pescarte é de formação, para que os pescadores possam intervir de forma qualificada e autônoma, tornando-os capazes de dominar ferramentas e desenvolver competências para elaboração de projetos que identifiquem alternativas de atividade econômica que reforce a sua identidade produtiva e possibilite a incorporação de estratégias de economia solidária. Fazem parte deste projeto 9 municípios da Bacia de Campos.

O Territórios do Petróleo: *royalties* e vigília cidadã na Bacia de Campos (PTP) objetiva o “Controle Social da aplicação de *royalties* e de participação especiais da produção de petróleo e gás natural”. O PTP tem por objetivo difundir e debater, com um público diversificado, o acompanhamento, a divulgação e a discussão pública em torno do recebimento e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal. A ideia é promover e ampliar o acesso à informação e a compreensão pública do tema por meio de estratégias coletivas de qualificação e articulação nas comunidades impactadas direta e indiretamente pela indústria petrolífera, promovendo o aumento dos níveis de organização e de controle social dos cidadãos sobre os recursos públicos

PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Centenas de famílias foram expulsas da terra, no distrito rural (o quarto distrito do município de São João da Barra) onde o Complexo Industrial do Porto do Açu – CIPA – implantou um Distrito Industrial – DI –, sob a forma de condomínio, de propriedade da PRUMO, dona do porto. Após um violento processo de expulsão assumido pelo governo do Estado, através da Polícia Militar, a área foi repassada à empresa, sem atender às demandas relativas aos valores das indenizações e às condições de reassentamento dos produtores expulsos (Pedlowski, 2013). A área, que

corresponde a cerca de um terço do território do município de São João da Barra, foi cercada e se encontra vigiada por seguranças privados armados, enquanto os pré-contratos feitos com empresas interessadas em se instalar futuramente no DI rendem quase 200 milhões de reais de aluguel, por ano, à PRUMO.

O Porto, em construção desde 2007, opera há dois anos, com a exportação de minério de ferro e com o apoio às atividades *off shore* do Complexo petrolífero da Bacia de Campos. A implantação do porto contou com recursos federais e estaduais, isenções fiscais e cumplicidade legislativa e da prefeitura local. O novo Plano Diretor Urbano do município de São João da Barra reordena o território para os interesses do porto, transformando a maior parte da área rural em urbana e industrial. Seus terminais, ainda não totalmente concluídos, permitirão operar com granéis líquidos e sólidos e com containeres, com capacidade para os navios de maior porte hoje existentes no mundo. O minério de ferro que é exportado pelo porto e que constitui a sua principal operação, chega a este através do maior mineroduto do mundo, com 525 km, atravessando 32 municípios de 3 estados, constituindo o Sistema Minas-Rio, sendo Minas Gerais o estado de origem do minério/mineroduto e Rio o destino portuário. O Sistema vai desde a extração até o porto.

Enquanto GI ou GPI, este complexo provoca megadeseestruturações em toda a cadeia que o envolve. O mineroduto, desde sua origem, é responsável por deslocamentos forçados de populações e pelo desvio das águas de rios que abastecem três municípios – para dentro do mineroduto, como o meio que viabiliza o deslocamento do minério, bombeado até o porto –, a ponto de comprometer o abastecimento urbano (Barcelos, 2013).

Em termos econômicos, no caso da cadeia que envolve o porto do Açú, a expulsão dos pequenos produtores para a implantação do DI exterminou a produção agrícola local, que, em alguns produtos, representava o maior volume do estado (Barcelos, 2013).

Contudo, o movimento de resistência e luta dos pequenos produtores rurais ameaçados ganhou o mundo. Conta com o apoio da comunidade acadêmica, principalmente da UFF, mas também de diversos movimentos sociais locais, estaduais, nacionais e internacionais. A mobilização envolveu um conjunto de entidades, dentre elas, outras universidades; sindicatos de trabalhadores; MST; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Associação de Produtores e Imóveis do Município de São João da Barra (ASPRIM) e Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Em se tratando de um empreendimento de porte mundial, ganhou publicidade ampla, tendo sido tratado em diversos seminários e encontros nacionais e internacionais de discussão sobre os impactos dos grandes empreendimentos sobre grupos sociais de camponeses, índios e outros. No entanto, exatamente por essa dimensão e porte, não conseguiu evitar a consumação da expulsão da quase totalidade dos agricultores, reassentandos em condições precárias e inviáveis para a retomada dos patamares produtivos das antigas condições de reprodução. Neste caso, foi ainda mais forte o entrelaçamento entre o Estado, nas esferas federal, estadual e municipal local; os órgãos do judiciário, do legislativo e do executivo, às diversas escalas; as lideranças, a mídia e as elites, às diversas escalas; e os grandes capitais envolvidos no empreendimento, de escala global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos quatro casos aqui apresentados, entrelaçam-se elementos de apropriação por despossessão (Harvey, 2005), do Estado de Exceção (Agamben, 2004) e do rentismo, com renda da terra apropriada por espoliação de pequenos produtores tradicionais de alimentos. Aparentemente, o

processo de modernização tecnológica, de “destruição criativa”, funciona aqui só no elemento destrutivo, recriando a cada momento processos semelhantes ao de acumulação primitiva, pelo qual são “recuperadas” terra e força de trabalho, pela despossessão e destituição dos saberes dos trabalhadores pregressos às atividades dos GIs, para a recriação das condições primárias de reprodução ampliada do capital. Trata-se de uma faceta do permanente processo de destruição de ativos pelo capital, para recompor suas condições de acumulação, revalorizando recursos fundamentais para sua reprodução ampliada (Harvey, 1982). Nessa recriação permanente das condições de produção e reprodução do capitalismo são também recriadas formas “atrasadas”, informais, precárias, de trabalho e produção, reintegradas ao processo de acumulação, reafirmando o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista (Smith, 1988).

É por isso que, reproduzindo as experiências de implantação de grandes projetos ao longo do território brasileiro, as decisões ligadas à instalação do CIPA não se estabeleceram de forma democrática, em função da estreita relação entre a tecnocracia burocratizada e os interesses privados, que, em geral, orientam o planejamento e a execução desses projetos, não havendo o envolvimento das comunidades direta ou indiretamente afetadas. Os efeitos do Complexo não foram, nem antes nem durante a implantação, apresentados de forma transparente e as comunidades atingidas enfrentam grandes dificuldades em obter informações precisas sobre as atividades e os seus impactos, gerando falsas expectativas, violação de direitos e insegurança psicológica. Tal quadro é agravado pelo predomínio da baixa escolarização nas quatro comunidades analisadas.

Em dois dos casos apresentados – os moradores da favela Margem da Linha, em Campos dos Goytacazes, e os pequenos produtores rurais do quarto distrito de São João da Barra –, utilizou-se a estratégia da remoção, generalizada no planejamento e no decorrer do processo de implantação de grandes projetos no Brasil. Tal estratégia costuma ser acompanhada do recebimento de aluguéis sociais pelas famílias deslocadas, porém, no Norte Fluminense, ela foi completada pela construção de moradias populares para as famílias atingidas. No caso dos pequenos produtores rurais de São João da Barra, as novas moradias do quarto distrito não permitem a manutenção das antigas atividades agrícolas, praticadas há gerações por algumas famílias, pelo menos da forma como eram desenvolvidas. Essas famílias, portanto, sofreram um processo violento de desestruturação do seu modo de vida original.

Além disso, não há qualquer previsão, dentro do planejamento que conduziu a instalação do CIPA, de integração dessas famílias nas novas atividades surgidas a partir da operação do porto. Na verdade, na direção do que tem predominado nas experiências semelhantes pelo país, o planejamento da integração dos moradores do município mais diretamente atingido tem se restringido a oferta de programas de qualificação ou requalificação profissional arcados pela prefeitura de São João da Barra. Por outro lado, é importante destacar que a integração das famílias do quarto distrito, tradicionalmente vinculadas à terra, às atividades do porto, ainda que planejada, representaria, em si, um quadro de significativa violência, na medida em que implicaria numa ruptura brusca e irreversível de um modo de vida preservado à gerações.

Por sua vez, a remoção dos moradores da favela Margem da Linha, em Campos dos Goytacazes, e seu reassentamento num novo conjunto de moradias populares, para além da busca pela liberação de novos espaços para a expansão da cidade nas áreas próximas à manha urbana central do município, insere-se numa estratégia mais ampla vinculada às particularidades da política habitacional do grupo em poder da prefeitura. Fundamentalmente, tal política consiste na doação de casas populares para famílias comprovadamente pobres e na remoção de comunidades carentes inteiras, muitas vezes para áreas distantes daquelas anteriormente ocupadas. Em todos

os casos, as novas moradias são construídas sob a forma de condomínios horizontais segregados do conjunto da cidade, apesar da dotação de infraestrutura – água, esgoto, saneamento básico e energia elétrica –, pavimentação, asfaltamento e equipamentos urbanos – como praças e espaços de lazer e convivência e, em alguns casos, também a presença de escolas e postos de saúde, quando estes não existem nas proximidades –.

As particularidades do grupo político atualmente no governo da prefeitura de Campos, e que deixará o poder no próximo dia 31 de dezembro, também estão presentes na resposta oferecida aos catadores de recicláveis da Codim ante o fechamento do lixão. A inclusão em programas de transferência de renda e de assistência social, de natureza residual e temporária, além de programas de capacitação profissional, paralelamente a busca pela neutralização de qualquer forma de mobilização e organização autônoma dos catadores, fora do controle da prefeitura, segue na direção do caráter clientelista, assistencialista, populista, pontual, fragmentado e imediato que orienta as ações da família que domina no momento a política em Campos dos Goytacazes.

Diante das tentativas de desmobilização dos catadores, por parte da prefeitura de Campos, o apoio da sociedade civil institucionalizada, a partir de universidades, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, Defensoria Pública e Ministério Público, entre outros, foi fundamental para o suporte e a resistência do segmento. Tal apoio, através de projetos como o Pescarte e o Territórios do Petróleo, também tem sido imprescindível para os pescadores afetados pelo porto do Açú. O padrão predominante na experiência brasileira é o de que as ações direcionadas aos trabalhadores da pesca impactados por grandes projetos se resumam a medidas compensatórias de caráter assistencialista, e muitas vezes também temporário, como a inclusão em programas de renda mínima e o cadastramento das famílias em políticas voltadas à população em condição de vulnerabilidade.

Nesse aspecto, cabe destacar os estudos que apontam que o suporte oferecido por estes setores da sociedade civil facilitam o acesso à informação e auxiliam no estabelecimento de estratégias de permanência e garantia de direitos, possibilitando, inclusive, melhores condições de negociação com o Poder Público e avanços no reconhecimento de matérias jurídicas, que, apesar de subjacentes à legislação brasileira, ainda não representam a interpretação majoritária dos Tribunais.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Disponível em: <www.abrelpe.org.br>. Acesso em: 27 nov. 2016.

ALMEIDA, E. T. V. et al (2016). Protagonismo e esfera pública em Campos dos Goytacazes: a trajetória recente dos catadores do lixão da Codin. In: PEREIRA, B. C. J. P.; GOES, F. L. (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p.293-308.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: REVAN/Fase, 2000.

- BARCELOS, E. (Org.). **O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos**. Relatório Preliminar. Minas Gerais/Rio de Janeiro, dez. 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1TWm6pWlzfRaHp-ZemhoNXNIMOE/edit>>. Acesso em 24 nov. 2016.
- BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**. Campinas-SP: UNICAMP, 2010.
- GONÇALVES, R. **Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GONÇALVES, R. **O Direito à Cidade: o caso da favela Margem da Linha, em Campos dos Goytacazes-RJ**. Campos dos Goytacazes-RJ: mimeo., 2014. 20 p.
- HARVEY, D. **El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión**. Buenos Aires: Social Register/CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- _____. **The limits of capital**. London: Verso, 1982.
- LEI Nº 12.305/2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e dá outras providências. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MOVIMENTO Nacional dos Catadores de Materiais recicláveis (MNCR). Disponível em: <www.mncr.org.br>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas-SP: UNICAMP/Instituto de Economia, 1998.
- PEDLOWSKI, M. A. When the State becomes the land grabber: violence and dispossession in the name of ‘development’ in Brazil. **Journal of Latin American Geography**, v. 12, n. 3, 2013. p. 91-111. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/lag/summary/v012/12.3.pedlowski.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- PIQUET, R. O Norte Fluminense em tempo presente. In: SANTOS, A. M. P.; MARAFON, G. J.; SANTANNA, M. J. G. (Org.). **Rio de Janeiro: um olhar socioespacial**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. p.79-99.
- PRUMO Logística Global. Disponível em: <www.prumologistica.com.br/pt/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TIPA JÚNIOR, N. Mercado da reciclagem investe em expansão: com as novas normas para o aproveitamento de resíduos entrando em prática, a tendência é de crescimento do setor; mas ainda é preciso investir em industrialização e formalização dos trabalhadores. **Jornal**

do **Comércio**, 25 ago. 2014. Disponível em:
<www.jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=170855> Acesso em: 27 de nov. de 2016.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Salvador, v.9, n.1, maio 2007. Disponível em:
<<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/167/151>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G.B. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro, CEDI, 1992.